

A existência como resistência

História inédita de Ailton Krenak é um dos destaques do novo número da centenária revista da Academia Mineira de Letras, que inclui dossiês temáticos sobre poesia indígena e literaturas africanas em língua portuguesa

BERTHA MAAKAROUN

Em celebração ao centenário da Revista da Academia Mineira de Letras, será lançada neste sábado, em Ouro Preto, a edição especial de número 81, que apresenta a literatura libertária e anticolonial, em língua portuguesa, dos povos originários. Seja na África ou no Brasil, as histórias e culturas resistem às violências e formas de destruição impostas pela colonização. Uma escrita que registra igualmente os abusos contra etnias, que seguem mesmo após as independências. E é na resiliência da experiência coletiva das histórias orais legadas, que esse conhecimento compartilhado alcança a imortalidade no horizonte da escrita.

“Takruk Mik – O livro da Vó Laurita”, história inédita narrada pelo recém-empossado acadêmico Ailton Krenak, é um dos destaques da revista, que tem capa de Jorge dos Anjos e “orelha” de Edmilson de Almeida Pereira. Nela, o autor recupera a impressionante trajetória da liderança Laurita, retrato da saga ao direito à existência dos Krenak e de todos os indígenas do Brasil. É uma travessia penosa, de muito sofrimento e dores, que se inicia com o decreto de guerra aos Botocudos, editado nos primeiros anos do século 18 por dom João VI, e a implacável perseguição e caçada às etnias que a ele se seguiu, passando pelo circo de horrores do século 20, em que o médio Rio Doce, tornou-se o último refúgio das famílias dos territórios indígenas originais de Minas e do Espírito Santo, escuraçadas de suas aldeias.

Apesar de em 1920 ter havido o aldeamento definitivo nas terras Krenak do Médio Rio Doce, novas décadas se seguiram de cerco, violências e abusos cometidos por colonos e posseiros que ocuparam o território, submetendo os indígenas a novos deslocamentos forçados. O Serviço de Proteção ao Índio – SPI, precursor da Funai, se omitiu e inclusive participou de passagens tenebrosas dessa perseguição, jamais cessada. Durante a ditadura militar, sob a complacência da Funai, indígenas de todas as etnias do país, tidos como “rebeldes” ou “problemáticos” foram empurrados ao Reformatório Agrícola Krenak, no município de Resplendor, onde frequentemente açoitados, torturados e vítimas de abuso, escreveram a sangue mais uma triste página da história da violência institucional do estado brasileiro contra os povos originários.

É na voz de Vó Laurita e das histórias ancestrais um dia por ela reveladas aos sobreviventes da etnia, entre os quais o próprio Ailton Krenak, que a história deste povo é apresentada. Um relato sensível, emocionante que registra a memória coletiva de resiliência e beleza de uma língua e cultura, que sobrevive à violência quando não promovida, estimulada pelo estado brasileiro. Em janeiro de 2018, Vó Laurita faleceu, não se sabe ao certo de que, mas sabe-se que com muita tristeza, a repetir: “Watu morreu e eu não tenho que viver”. Watu é rio sagrado. Segue principal referência da reserva Krenak, à margem esquerda do Médio Rio Doce, conquistada a fórceps em decisão judicial que se arrastou por décadas. Quando corria ainda vivo, Watu foi sepultado, em 5 de novembro de 2015 pela lama tóxica arastada da Barragem do Fundão, da Samarco, em Mariana.

“Takruk Mik – O livro da Vó Laurita” integra alentado dossiê temático da revista da Academia

Mineira de Letras, que, sob o título “Poesia Indígena de Minas Gerais”, foi organizado por Ailton Krenak e a professora Maria Inês de Almeida. “E quando um rio é a artéria do povo que leva seu nome, seu drama – poesia: Watu? O rio dos ‘Botocudo’ foi envenenado, e sua Mata Atlântica, cortada. Quais histórias ainda serão capazes de manter a respiração de sua língua, que continua, no entanto, sobrevive? Uma mulher, Laurita, que é uma pátria, cantando suas preces a esse rio-pai, é a poesia pura desses que antigamente usavam botoques nos lábios”, observa Maria Inês de Almeida.

ESCRITORES INDÍGENAS NA LÍNGUA ORIGINAL

Igualmente potente são as histórias e poesias de escritores Pataxó, Xacriabá, Kaxixó, trazidas na própria língua original – traduzidas ao português. São eles: “Mimnoxop yay – Saudades da árvore comprida”, de Rosângela Tugny; “Txopai e Itohá”, de Kanátio Pataxó; “As palavra d’ês, o subeio da laia nossa”, de Ercina Xacriabá; “Iaiá Cabocla”, pelos professores da Aldeia Brejo Mata-Fome.

Um dos textos recupera a voz do líder ancião Djalma Kaxixó, registrada por seu neto, o professor Gleyson Kaxixó, no livro “O povo Kaxixó: compreendendo sua história e seu jeito de comunicar”, publicado em 2012 pelo Núcleo Literareras, da Faculdade de Letras da UFMG. O convite à viagem ao coração do Brasil é de Djalma Kaxixó: “Eu vô mostrar isso aqui d’antes de existi branco! Naquele tempo, Kaxixó tinha fôrmo pra cozinhá as panela de barro. E lá na frente tem o cemitério e as urna de barro, que também já passou tudo das filmação. Quando o povo fala: quand’ é que pispió? Mas tá qui a prova na minha mão, aqui tá verdade, aqui na minha mão! Aqui tá a escritura do povo Kaxixó, d’antes d’existir branco e negro! A inteligência do povo da floresta tá qui nesse caco de cerâmica na minha mão, e o povo tá vendo coisa que já vem passando de geração, onde qu’eu sou um del’s: neto e bisneto da Mãe Juana! Hoje nós tá noutra geração: as geração antiga tão na minha mão! Tinha forno, tinha cemitério aqui do povo da Mãe Juana e também nós, do povo da Tia Vovó. Aqui tá o pé da história Kaxixó! O povo Kaxixó comprova”.

LITERATURA AFRICANA

A edição especial do centenário da Revista da Academia Mineira de Letras destaca também um segundo dossiê temático, das literaturas africanas de língua portuguesa, organizado pela professora Nazareth Soares Fonseca, pesquisadora do tema, e pelo presidente da Academia Mineira de Letras, Rogério Faria Tavares. Assim como as etnias originárias do Brasil, trata-se também de diálogo profundo que se estabelece com a memória dos povos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, submetidos à colonização portuguesa, muitos escravizados. Essa experiência coletiva da maldade humana brota na beleza da literatura de seus escritores, revelada nesta edição especial da revista em artigos de especialistas de todos esses países.

“Os artigos recortam algu-

mas feições literárias dos cinco países africanos que têm o português como língua oficial, para demonstrar a vitalidade de literaturas muito jovens ainda, já que, embora possam ser reconhecidos textos literários produzidos por escritores oriundos dos espaços colonizados por Portugal no continente africano, desde o século XIX, somente a partir do século XX, mais especificamente da década de 1930, em Cabo Verde, e da década de 1950, em Angola e Moçambique, surgiram movimentos que investiram na autonomia literária dos países que representavam”, descreve Nazareth Soares Fonseca. Segundo ela, ao defenderem uma expressão literária voltada “às questões da terra, do chão em que brotam”, esses movimentos, com diferentes características, buscaram a maioria da literatura, independentemente dos modelos europeus, inclusive elevando-se à forte censura imposta aos intelectuais e escritores que emprestaram importante contribuição à luta anticolonial.

O dossiê apresenta em módulos separados os artigos sobre a literatura de cada país, porque, embora germinem no solo comum da causa libertária, assumem características específicas em cada lugar. “As considerações sobre a poesia dos poetas e poetisas que cantam o sofrimento do povo subjogado pelo colonialismo e preanunciam a conquista da liberdade – como se mostra na poesia de Agostinho Neto e Alda Lara, de Angola, José Craveirinha, Noémia de Sousa, de Moçambique, e Alda Espírito Santo, de São Tomé e Príncipe – indicam diferenças de estilo, visão de mundo e posicionamento político”, afirma Nazareth Soares Fonseca. Tais aspectos se expressam intensamente nas propostas literárias cultivadas em cada país no período pós-independência, sublinha Nazareth Soares Fonseca, lembrando que cada qual, busca e conquista horizontes próprios.

“Cada escritor e cada escritora dos espaços africanos que têm o português como língua oficial, ao mesmo tempo que se situam em um contexto de expressão literária demarcado pelo uso da língua oficial do país, encenam, em seu fazer literário, de forma peculiar, as tensões decorrentes do uso da língua oficial do país na prática literária exercida em espaços de predominância comunicacional oral”, explica ela. É assim que as línguas africanas originais tensionam e provocam dispersões no idioma português, sejam os crioulos, línguas de comunicação em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, sejam em Angola e Moçambique. Em cada localidade, sustenta Nazareth Soares Fonseca, a literatura se enriquece com apropriações de recursos da fala e com as desestabilizações provocadas pelos embates interdiscursivos e experimentações requeridas pela escrita literária.

São artigos de Angola: “Agostinho Neto (1922-1979), um escritor e intelectual orgânico angolano do século XX”, por Luis Kandjimbo; “Alda Lara: poesia, conto e trabalho acadêmico”, por Fabio Mario da Silva; “Violência, denúncia e resistência ancestral em Boaventura Cardoso”, por Jurema Oliveira; “Notas sobre a trajetória literária e política de Luandino Vieira”, por Maria Nazareth Soares Fonseca; “João Melo, poesia e prosa: o espetáculo da vida a partir da literatura”, por Tania Macêdo; “Ma-nuel Rui”, por Florentina da Silva



JORGE DOS ANJOS/REPRODUÇÃO

Souza; “Ondjaki, um fazedor de (des)lembramentos”, por Renata Flavia da Silva; “Noite acesa de palavras: a poética de Paula Tavares”, por Assunção de Maria Sousa e Silva; e “Pepetela: experiência e ficção”, por Rita Chaves. De Cabo Verde, a revista traz os artigos: “Arménio Vieira”, por Mário César Lugarinho; “Do deserto das pedras à deseração da pobreza: breve apresentação da poesia de Corsino Fortes”, por Júlio Machado; “A escrita de Dina Salústio: intenção política e estética”, por Lillian Paula Serra e Deus; “Breve retrato do poeta Filinto Elisio (ou o “receptuário deste tabuleiro””, por Silvio Renato Jorge; “Germano Almeida, um contador de histórias ressignificadas”, por Roberta Maria Ferreira Alves; “Os percursos poéticos de Jorge Barbosa”, por Luciana Brandão Leal; “Orlanda Amarilís: um olhar sensível às experiências de mulheres migrantes”, por Simone Pereira Schmidt; “Apresentando Vera Duarte: de Cabo Verde para o mundo”, por Simone Caputo Gomes.

São artigos de Guiné-Bissau: “Abdulai Sila: letras que agenciam a esperança”, por Wellington Marçal de Carvalho; “Odete da Costa Semedo, escritora guineense. E bem mais...”, por Moe-ma Parente Augel; “Tony Tcheka: instituição literária, patriotismo e intervenção social”, por



- REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS
- Número 81
- 472 páginas
- Inclui os dossiês “Literaturas africanas de língua portuguesa” – organizado por Maria Nazareth Soares Fonseca e Rogério Faria Tavares – e “Poesia indígena de Minas Gerais” – organizado por Ailton Krenak e Maria Inês de Almeida.
- Lançamento neste sábado (23/7), às 11h, na Biblioteca Pública Municipal de Ouro Preto (Rua Xavier da Veiga, 309, Centro). Conteúdo integral disponível, a partir de 1º de agosto, no site da AML.

Pires Laranjeira.

De Moçambique, os textos versam sobre os escritores: “Eduardo White: a poesia em metamorfose iluminada”, por Ana Mafalda Leite; “João Paulo Borges Coelho: ficção e fruição”, por Nazir Ahmed Can; “Craveirinha: a palavra e o tempo”, por Natalino da Silva Oliveira; “Lília Mompilé: letras que reinventam os compassos da História”, por Franciane Conceição da Silva; “Mia Couto, uma grandeza miúda”, por Maria Zilda Ferreira Cury; “Cantos de insubordinação e ancestralidade em Noémia de Sousa”, por Karina de Almeida Calado; “Paulina Chiziane, tecelã de estórias, história e liberdade”, por Carmen Lucia Tindó Secco; “Ungulani Ba Ka Khosa e a escrita do ‘não’”, por

Vanessa Ribeiro Teixeira.

De São Tomé e Príncipe, os artigos versam sobre os escritores: “Dona Alda Espírito Santo: lições de resistência e felicidade”, por Maria Teresa Salgado Guimarães da Silva; “Conceição Lima: uma poética da descolonização”, por Inocência Mata; e “Francisco José Tenreiro, um poeta insular e da negritude”, por Agnaldo Rodrigues da Silva.

LANÇAMENTO EM OURO PRETO

O número 81 da revista da Academia Mineira de Letras (AML) será lançado neste sábado na Biblioteca Pública de Ouro Preto. A sede da Academia será simbolicamente transferida para a cidade amanhã e domingo. Além do lançamento, a sessão também homenageará os 150 anos de nascimento do poeta e patrono Alphonus de Guimaraens, e os cem anos da revista, fundada em 1922, quando o presidente da AML, falará sobre Mário de Lima (irmão de Augusto de Lima). O acadêmico Caio Boschi, vice-presidente da AML, falará sobre Mário de Lima e o neto de Mário, Luiz Otávio de Lima Pereira, agradecerá a homenagem em nome da família. Entre as presenças confirmadas, estão os organizadores dos dois dossiês incluídos na revista: as professoras Nazareth Soares Fonseca, Maria Inês de Almeida, o acadêmico Ailton Krenak e Rogério Faria Tavares, presidente da AML.

TRECHO

“Takruk Mik, “O livro da Vó Laurita”, de Ailton Krenak

(“PARA CONTINUARMOS A OUVIR AS HISTÓRIAS DE LAURITA KRENAK, A MATRIARCA QUE LIDEROU SUA FAMÍLIA NA BEIRA DO RIO EMÉ”)

“Foi esta dupla formada por Funai e polícia local a serviço dos fazendeiros que transformou um lugar que tinha sido reservado como terra indígena em colônia penal em um verdadeiro centro de tortura, como mais tarde ficou revelado. Voltar para casa para estes índios era ir para a cadeia, mas, mesmo assim, nunca desistiram. E, depois de uma breve parada na aldeia do Itariri, como hóspedes do Xeramói Antônio Branco, a moça pegou o caminho de volta para casa, agora só com seu pai e sua mãe, pois tinham perdido para sempre aquele irmão que ela tanto amava.

(...)

Depois de peregrinar pelas estações de trem que ligavam Minas a São Paulo e Rio, sem dinheiro e falando português de índio, esta família chegou à beira do Rio Doce. Descendo na pequena estação da EFVM21 chamada Krenak, atravessaram o rio na barca que fazia o serviço e dormiram nas lajes de pedra, que mantinham um calor reconfortante quando anoitecia. Uma única família de índios tinha conseguido permanecer naquela terra invadida por posseiros e de arrendamentos feitos pela Funai. Com a chegada de Laurita e seus pais, agora eram duas famílias resistindo à extinção da aldeia.

Esta aldeia vem resistindo às investidas dos inimigos quase desde a sua criação, em 1926, para abrigar os índios das florestas do Rio Doce. Muitos pequenos grupos de sobre-

viventes das invasões de colonos andavam perdidos pelas serras mineiras e alguns guerreiros ainda insistiam em chefiar ataques a sítios e fazendas que vinham sendo abertas nas vilas próximas ao curso do Rio Doce e seus afluentes. Eram rechaçados a tiros de espingarda e caçados por grupos de colonos armados de facões e cartucheiras até a morte. Isto levou o governo a criar uma reserva indígena no Médio Rio Doce, perto de Aimorés, descendo para o Espírito Santo. Mesmo assim, nem todos os índios ficaram dentro desta reserva, pois ainda eram livres, como seus antepassados caçadores, e não podiam aceitar uma vida de gado, dentro de quatro linhas demarcando uma terra. Os brancos, inclusive funcionários do governo que eram pagos para proteger e dar assistência para os índios, aproveitavam-se disso. Usavam as terras para criar bois, derribavam a mata para vender madeira e arrendavam terras para fazendas dentro das terras indígenas. Isto na década de 1930 e 40. E isto foi se repetindo até Laurita e sua família serem também despachadas, dando lugar aos arrendamentos e à titulação fajuta de terras feitas pelo estado de Minas Gerais, através da Rural Minas. Foi uma terra invadida e loteada pelo estado que os índios tiveram que abraçar e fazer virar uma aldeia indígena. E por ela Laurita e seus pais tiveram que lutar mais uma vez para que fosse respeitada como sua aldeia Krenak. Uma luta para a vida inteira.”

ENTREVISTA/Maria Inês de Almeida

(PROFESSORA APOSENTADA NA UFMG, PROFESSORA VISITANTE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE E UMA DAS ORGANIZADORAS, COM AILTON KRENAK, DO DOSSIÊ “POESIA INDÍGENA DE MINAS GERAIS”)



“HÁ UMA POESIA INDÍGENA EXALADA DA PRÓPRIA PAISAGEM MINEIRA”

O que representa para a literatura indígena o dossiê temático da revista da Academia Mineira de Letras, que, sob o título “Poesia Indígena de Minas Gerais”, integra a edição comemorativa dos cem anos da revista?

Um marco histórico da abertura da Academia Mineira de Letras para o que chamo em meus estudos de textualidades indígenas: não se trata apenas da escrita, mas sobretudo dos textos que tradicionalmente, desde tempos imemoriais, os indígenas vêm produzindo e transmitindo, os textos orais, os cantos, as danças, as pinturas, os grafismos, as formas não alfabéticas de escrita. Tudo isso compõe o que eu chamo genericamente de literatura indígena. Isso representa não apenas abertura da academia para povos indígenas – que aliás acaba de eleger um acadêmico indígena – como também para outras linguagens que não a escrita erudita. A academia está se expandindo, para além de seus próprios muros, ampliando a sua abrangência social. Não é mais uma instituição da elite intelectual, mas uma instituição do povo mineiro, em sua diversidade.

Como foi o seu trabalho neste dossiê?

Procuramos frisar, desde o título “a poesia indígena de Minas Gerais”, ao invés de “a poesia indígena em Minas Gerais”, que há uma poesia indígena que é exalada da própria paisagem mineira, que vem da Mata Atlântica, dos rios, que vem do cerrado, que vem das Gerais, da quase caatinga do Norte de Minas. Essa poesia que vem da paisagem está nas línguas dos povos originários, que nasceram nestas paisagens. E, por isso, a poesia é de Minas Gerais, é da paisagem e é transmitida pelas línguas e linguagens indígenas. Estamos falando do sentido amplo do termo poesia, não apenas de versos, mas da poética. Convidei Ailton Krenak para organizar esse dossiê comigo. Felizmente, ele aceitou, até por causa de nossa história de trabalhar há muitos anos juntos, por exemplo, nos “Diálogos Interculturais”, em 2006, e, antes, no programa de implantação das escolas indígenas de Minas Gerais. Retiramos, para a Revista da Academia, Ailton e eu, uma antologia das publicações de livros escritos pelos indígenas de Minas Gerais. Desde 1996, nós, pesquisadores da UFMG, no núcleo de pesquisa Literareras, da Faculdade de Letras, estamos editando e publicando livros de autoria indígena nas várias línguas. Eu mesma coordenei, entre 2005 e 2013, um projeto financiado pelo FNDP/MEC de produção, edição e distribuição de obras de autoria indígena no Brasil inteiro. Publicamos cerca de 130 títulos de autoria de indígenas de todas as regiões do Brasil.

Ailton Krenak assina, nesta revista, o texto inédito “O livro da Vó Laurita”. O que Vó Laurita representa para a literatura indígena?

Eu sabia que Ailton Krenak tem este livro inédito, escrito há alguns anos, o “Livro da Vó Laurita”. Ela foi uma figura representativa da poesia indígena de Minas Gerais, uma das guardiãs da língua Krenak. Era professora de cultura, ensinou a língua para os mais jovens e foi muito importante no processo da implantação da escola indígena na Terra Indígena Krenak, no município de Resplendor. Achei que era uma oportunidade de homenagear essa figura histórica, importantíssima para Minas Gerais. Temos de reconhecer, que Laurita, ao falecer, e como se tivesse fechado uma grande biblioteca. Ela é sogra do Ailton, mãe da Irani, e como nas famílias indígenas a matriarca assume o papel de mãe de todo mundo, também era mãe do Ailton, no sentido de família extensa. Então, era uma pessoa muito importante para todos os Krenak, era a grande referência, como percebi ao trabalhar, por muitos anos, na formação dos professores e na implantação da escola Krenak.

A senhora é sogra do indigenista Bruno Pereira. O que representa para o país o assassinato brutal de Bruno e o jornalista Dom Phillips, no Vale do Javari?

Como a maioria das pessoas, reitero que esse assassinato representa para o Brasil inteiro, para nós todos, independentemente de trabalharmos com indígenas ou não, um sinal de alerta muito forte: nós não estamos prestando atenção no que os governantes, no que o Estado brasileiro, estão fazendo com a sociedade e com os nossos biomas. Pois não é só a Amazônia, mas também o cerrado, a Serra do Curral, a Serra do Cipó... Todos os biomas brasileiros estão ameaçados e todas as lideranças, como foi Bruno, que mantêm atividades de defesa desses biomas, estão sendo mortas de uma forma ou de outra, assassinadas a mando do próprio Estado, pois se não é a mando, é por falta de proteção, e que dá no mesmo. Então, representa sinal de alerta que não esse caos social que estamos vivendo vai crescer e ficar insustentável. Como dizem os mitos indígenas, o mundo acaba mesmo, o fim do mundo dos humanos, os nossos civilizações estão entrando em colapso. E a morte do Bruno foi tão sentida, pois todo mundo escutou esse grito de alerta. E por outro lado, foi lindo o que ficou da imagem dela, o que legou aos meus dois netinhos, que vão ter o canto dela na floresta. São duas crianças, de 2 e 4 anos.

Qual é a situação dos indígenas sob o governo Bolsonaro?

Outro grito de alerta que precisamos prestar atenção. O governo Bolsonaro, acompanhado de perto o caso dos indígenas do Acre, onde estou vivendo atualmente, está colocando muito dinheiro na mão de missionários evangelizadores e políticos do interior para o convencimento, compra de votos e de apoio das lideranças indígenas. Muitos estão sendo enganados para entregarem suas terras. Então tentando convencer os indígenas de que vida boa é dentro da sociedade de consumo. Que os modos de vida tradicionais significam pobreza. E o que estão fazendo? Tentando convencer os indígenas que devem trocar as suas terras por mercadorias, que devem deixar a exploração de minério, de madeira, acontecer dentro dos seus territórios. O que determina mesmo o ser índio é estar na sua terra. Se conseguirmos manter as terras, acredito que essa questão das migrações não vem. Os indígenas já tiveram tanto assédio de missionários religiosos de várias seitas e muitas vezes isso não afeta tanto, desde que a política do Estado não os leve a perder os seus costumes e a sua língua. Mas o problema é que estamos tendo assédio massivo dos missionários evangelizadores e política de arrasar tudo do governo Bolsonaro. Se esses povos perderem as suas terras, vão para as cidades virar favelados. Vão deixar de ser indígenas. As próprias lideranças indígenas dizem: as formas de vida dos povos indígenas têm a ver com o ser dos seus respectivos territórios. O Huni Kuin não vai conseguir viver como Huni Kuin fora da floresta amazônica, onde está o rio que alimenta há séculos os seus ancestrais.